

TERMO DE REFERÊNCIA	
1. OBJETIVO	Contratar empresa para promoção do curso "Auditoria Interna do Poder Judiciário com base nas Resoluções CNJ 308 e 309 - Teoria e Prática".
2. JUSTIFICATIVA	<p>A auditoria interna é um eficaz mecanismo de promoção da melhoria da gestão e da desburocratização das atividades do Poder Judiciário, contribuindo para o desenvolvimento da prática gerencial, aperfeiçoando a administração judiciária, a partir de conhecimento e exame da sua atuação para formular recomendações.</p> <p>Uma boa auditoria interna é capaz de prevenir maus feitos quanto de melhorar a maturidade em gestão das organizações. Além disso, ela promove a transparência, caso os relatórios sejam confiáveis e reportem a boa administração dos recursos e o atendimento ao direito dos cidadãos. Por todos os seus benefícios, é esperado que os auditores do Poder Judiciário dominem bem este instrumento, assim como as demais unidades por onde tramitam os processos de avaliação e de consultoria, como atividades inerentes à função de auditoria interna.</p> <p>Sendo assim, justifica-se a realização do curso "Auditoria Interna do Poder Judiciário com base nas Resoluções CNJ 308 e 309 - Teoria e Prática" como forma de proporcionar, aos(as) servidores(as) das unidades listadas como público alvo, a compreensão das significativas mudanças introduzidas pelas Resoluções CNJ n.ºs 308 e 309/2020, a primeira organizando as atividades de auditoria interna do Judiciário, sob a forma de sistema, e a segunda aprovando as Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna Governamental no âmbito do mesmo Poder.</p>
3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	<p><b>Metodologia:</b> Curso com aulas síncronas, na modalidade a distância;</p> <p><b>Carga/horária mínima:</b> 16h;</p> <p><b>Duração:</b> 4 dias (4h diárias);</p> <p><b>Quantidade de vagas:</b> 13;</p> <p><b>Período de realização:</b> Novembro de 2022,;</p> <p><b>Conteúdo programático mínimo:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Contexto da Auditoria Interna no Poder Judiciário <ol style="list-style-type: none"> <li>a. Governança e Gestão de Riscos no Poder Judiciário</li> <li>b. Conceito de Auditoria Interna e debate sobre o art. 74 da Constituição</li> <li>c. Posicionamento da Auditoria Interna e Independência</li> <li>d. As mudanças da Resolução CNJ 308/2020</li> <li>e. Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário</li> </ol> </li> </ol>

	<ul style="list-style-type: none"><li>2. Conceitos e Definições da Resolução CNJ 309/2020<ul style="list-style-type: none"><li>a. Auditoria Interna</li><li>b. Avaliação (Assurance) – Consultoria e debates contemporâneos</li><li>c. O modelo das três linhas de defesa e pontos de atenção</li></ul></li><li>3. Pré-Requisitos de Auditoria no Poder Judiciário<ul style="list-style-type: none"><li>a. Princípios de Auditoria</li><li>b. Comunicação e Sigilo – Independência, objetividade e zelo</li><li>c. Classificação das Auditorias – Supervisão, Revisão e Comunicado</li></ul></li><li>4. Normas de Auditoria no Poder Judiciário: Processo de Auditoria – Planejamento<ul style="list-style-type: none"><li>a. Plano de Auditoria de Longo Prazo e Plano Anual de Auditoria</li><li>b. Definindo o escopo da auditoria – Delimitando conhecimentos e as habilidades necessárias aos auditores</li><li>c. Elaborando o cronograma de cada etapa dos trabalhos</li><li>d. Estimando os custos envolvidos – Elaborando as questões de auditoria</li><li>e. Pensando na evidenciação: testes e procedimentos de auditoria</li><li>f. Para não ser pego de surpresa: Possíveis Achados</li></ul></li><li>5. Execução de Auditoria<ul style="list-style-type: none"><li>a. Propósito da Execução em Auditoria</li><li>b. Características profissionais do Auditor – Comportamento do Auditor na relação com o Auditado</li><li>c. Coletando evidências utilizando as técnicas de auditoria as técnicas de Auditoria (Amostragem; Técnica de Auditoria Assistida por Computador/Cruzamento de Dados; Entrevistas/Indagação, Questionários, Análises; Observação; Análise documental; Confirmação externa (circularização); Recálculo; Correlação das Informações obtidas; Exame físico; Revisão Analítica;)</li><li>d. Evidenciando o Risco: Achados</li></ul></li><li>6. Relatório de Auditoria e Monitoramento<ul style="list-style-type: none"><li>a. Objetivo do Relatório de Auditoria – Características e Estrutura de um Relatório de Auditoria</li><li>b. Monitoramento: Importância, usabilidade e estruturação</li></ul></li><li>7. Consultoria e Programa de Qualidade</li></ul>
--	---

	<p>a. Áreas de Consultoria</p> <p>b. Manutenção da independência da Auditoria Interna em Consultorias</p> <p>c. Programa de Qualidade em Auditoria</p> <p>d. Propósito e Pontos de atenção em Qualidade de Auditoria.</p>
4. PÚBLICO ALVO	Servidores do TRE/RN dos seguintes setores: 7 AUDI; 2 APRES; 1 GABPRES; 2 AJDG; 1 GABDG.
5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO INSTRUTOR	Auditor do TCU, com especialização em gestão de riscos e controles internos.
6. DISPOSIÇÕES GERAIS	<p>O Instituto Brasileiro de Governança Pública (IBGP) surgiu da latente necessidade do mercado de capacitação por um Centro de Treinamento focado exclusivamente na formação de Gestores, Auditores e Técnicos do Setor Público brasileiro. Fundado a partir de pilares de inovação, experiência e busca contínua pela qualidade, o IBGP é reconhecido por apresentar uma equipe formada pelos profissionais mais gabaritados do setor. Todos os seus instrutores são executivos atuantes em Governança Pública e certificados nacional/internacionalmente.</p> <p>O curso pleiteado vem sendo conduzido pelo Auditor do Tribunal de Contas da União, Jetro Coutinho Missias, especialista em gestão de riscos e controles internos. Seus trabalhos no TCU têm sido premiados pelo Reconhe-Ser, que identifica os destaques no órgão. Atualmente, é responsável por uma equipe que fiscaliza R\$ 25 bilhões de reais anualmente. É membro dos Grupos de Trabalhos de Gestão de Riscos em Processos de Fiscalização do Tribunal, de Medição de Desempenho do Tribunal de Contas da União e de melhoria de procedimentos internos do TCU. Representou o Brasil nas missões oficiais do TCU para a Turquia (Força Tarefa em Auditoria de Ética), Bulgária e Croácia (Study Visit em parceria com o Banco Mundial para conhecer o Sistema de Controle Interno desses países) e França (54ª Sessão do Comitê de Governança Pública da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). É Co-autor do livro Sistema de Controle Interno no Brasil e na Europa (ed. Fórum)</p> <p>Assim sendo, o curso "Auditoria Interna do Poder Judiciário com base nas Resoluções CNJ 308 e 309 - Teoria e Prática", promovido pelo IBGP, mostra-se como a opção mais adequada para atender às demandas apontadas no Estudo Técnico Preliminar (fls. 7-14), com vistas ao aprimoramento das atividades institucionais em matéria de auditoria interna, um dos pilares fundamentais da governança corporativa (pública ou privada).</p>

	Cabe destacar que não foi encontrada solução equivalente, nas pesquisas efetuadas com as ferramentas de buscas disponíveis.
--	---